



# Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.667.974 - SP (2017/0090993-5)

Relator

RECORRENTE : ██████████  
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : ANA CRISTINA LEITE ARRUDA E OUTRO(S)  
- SP116218 **RELATÓRIO**

**O SR. MINISTRO OG FERNANDES:** Trata-se de recurso especial interposto por ██████████, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 222):

DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE - Multas de trânsito - Ilegitimidade passiva da FESP reconhecida. IPVA e TAXAS- Exercícios de 2011 c 2012 - Ausência de comunicação da venda do veículo automotor ao órgão de trânsito - Responsabilidade solidária do alienante ao pagamento dos débitos correspondentes só termina a partir da comunicação ao DETRAN, conforme preceitua o artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro - Precedentes. Recurso provido.

O recorrente alega, nas razões do especial, a existência de contrariedade ao art.134 do CTB. Aduz, em suma, que (e-STJ, fl. 240):

Na presente demanda há prova inequívoca da tradição (fotos do veículo com o boletim de ocorrência lavrado (fls 20-24), além de declaração de testemunha (fls. 34 e seguintes).

Além disso, o disciplinado no artigo 134 do CTB se aplica apenas às infrações de trânsito, não aos débitos tributários.

Requer, assim, seja afastada a responsabilidade pelo pagamento de débitos tributários ou penalidades de trânsito que recaiam sobre o veículo desde a data da tradição.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 247/259.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 261/262), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.667.974 - SP (2017/0090993-5)

## VOTO

**O SR. MINISTRO OG FERNANDES (Relator):** Trata o presente recurso da existência de responsabilidade solidária do alienante de veículo automotor pelo pagamento do IPVA quando não comunica ao órgão de trânsito a realização da transferência respectiva.

Inicialmente, no que diz respeito à responsabilidade pelo pagamento das infrações de trânsito, observa-se que a Corte de origem, ao julgar a apelação, reconheceu a ilegitimidade passiva da Fazenda do Estado de São Paulo nos seguintes termos (e-STJ, fl. 223):

Com relação às multas de trânsito, o cancelamento deve ser pleiteado junto à entidade que lavrou a autuação (Município e Governo Federal - fls. 25/26), não ostentando a FESP competência para desconstituir as penalidades, sendo de rigor o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva nesse tocante.

Observa-se, no entanto, que a insurgência veiculada no recurso especial deixa incólume tal justificativa.

Nesse contexto, a não impugnação de fundamento suficiente para manter o aresto combatido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SESI. ART. 195, § 7º, DA CF/88. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS OS FUNDAMENTOS SUFICIENTES DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA N. 283/STF.

1. O Tribunal de origem concluiu que o SESI caracteriza-se como entidade beneficente de assistência social, gozando da imunidade prevista pelo art. 195, § 7º, da Constituição Federal. Assim, eventual ofensa, caso existente, ocorre no plano constitucional, motivo pelo

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.667.974 - SP (2017/0090993-5)**

qual é inviável a rediscussão do tema pela via especial. Ressalte-se que não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso



# Superior Tribunal de Justiça

especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na CF/88, nem tampouco uniformizar a interpretação de matéria constitucional.

2. É inadmissível o recurso especial quando o acórdão recorrido assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles (Súmula 283/STF, por analogia).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.418.044/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/2/2014, DJe 11/2/2014)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PELO ESTADO. ALERGIA À LACTOSE. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SUPOSTA OFENSA A DISPOSITIVO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULA 211/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. ALEGADA EXISTÊNCIA DE PROVAS NOS AUTOS PARA SUSTENTAR A PRETENSÃO INICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

[...]

5. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.367.651/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 3/12/2013)

Quanto aos débitos tributários, esta Corte de Justiça possui o entendimento firmado de que a obrigatoriedade prevista do art. 134 do CTB, qual seja, a comunicação pelo alienante de veículo sobre a ocorrência de transferência da propriedade ao órgão de trânsito competente sob pena de responder solidariamente em casos de eventuais infrações de trânsito, não se aplica extensivamente ao pagamento do IPVA, pois o imposto não se confunde com penalidade.

Nesse mesmo sentido, vale conferir:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS

# Superior Tribunal de Justiça

COMPETENTES. PAGAMENTO DO IPVA. ART. 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Na hipótese dos autos o entendimento do Tribunal de origem não está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que a obrigatoriedade de a parte alienante do veículo comunicar a transferência de propriedade ao órgão competente, sob pena de responder solidariamente em casos de eventuais infrações de trânsito, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, não se aplica extensivamente ao pagamento do IPVA, tendo em vista que a mencionada exação não se confunde com qualquer tipo de penalidade.

2. Recurso Especial provido.

(REsp 1.689.949/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 23/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. PAGAMENTO DO IPVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. NÃO CONFIGURAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM LEI FEDERAL. ART. 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SÚMULA N. 280/STF. INAPLICABILIDADE.

I - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a obrigatoriedade de a parte alienante do veículo comunicar a transferência de propriedade ao órgão competente, sob pena de responder solidariamente em casos de eventuais infrações de trânsito, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, não se aplica extensivamente ao pagamento do IPVA, tendo em vista que a mencionada exação não se confunde com qualquer tipo de penalidade.

II - O recurso especial, interposto pela alínea a e/ou pela alínea c, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência dessa Corte, a teor da Súmula n. 83/STJ.

III - Tendo o acórdão recorrido analisado a controvérsia à luz do art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, ainda que mencione a lei local, revela-se inaplicável o verbete da Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. Precedente.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.528.438/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 5/2/2016)

# Superior Tribunal de Justiça

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM LEI FEDERAL. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. ART. 134 DO CTB. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO COMPETENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE APENAS A EVENTUAIS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. INTERPRETAÇÃO NÃO EXTENSIVA AO IPVA.

1. Não incide no presente caso a Súmula 280/STF, pois o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, fundamentou-se no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro. A menção à lei estadual ocorreu apenas em complementação de fundamentação.

2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a regra do art. 134 do CTB (é obrigatória a comunicação pela parte alienante do veículo da transferência de propriedade ao órgão competente, sob pena de responder solidariamente em casos de eventuais infrações de trânsito) não se aplica aos débitos tributários, em especial ao IPVA, tendo em vista que a mencionada exação não se confunde com nenhum tipo de penalidade.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.540.127/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/9/2015, DJe 14/9/2015)

Assim, como é possível observar, o acórdão está em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior, pelo que merece ser reformado.

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e nessa extensão dou-lhe provimento para reformar o acórdão recorrido e afastar, na espécie, a responsabilidade solidária do alienante ao pagamento do IPVA do veículo transferido.

Deve a parte vencida arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, nos termos definidos pelo Juízo de primeiro grau, devidamente corrigidos.

É como voto.





# Superior Tribunal de Justiça

Documento: 1695601 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJe: 11/04/2018

Página 7 de 7

